



Dezembro/2014

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

### Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário - Área Apoio Especializado Especialidade: Contabilidade

Nome do Candidato

Caderno de Prova '06', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 6.

A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto. As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista.

Primeiramente temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações. O amadurecimento progressivo do movimento indígena desde a década de 1970, e o conseqüente crescimento no número e diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, sugere uma primeira distinção no campo indigenista: a “política indígena”, aquela protagonizada pelos próprios índios, não se confunde com a política indigenista e nem a ela está submetida. Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.

Numa segunda distinção, encontramos outros segmentos que interagem com os povos indígenas e que também, como eles, têm aumentado sua participação na formulação e execução de políticas indigenistas, antes atribuídas exclusivamente ao Estado brasileiro. Nesse conjunto encontramos principalmente as organizações não governamentais. Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas em diversos campos de atuação.

Contemporaneamente, portanto, temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado) tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não governamentais e missões religiosas.

(Disponível em: [pib.socioambiental.org](http://pib.socioambiental.org). Acesso em 03/10/14. Com adaptações)

1. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a distinção entre a política indigenista e a política indígena está centrada no fato de que a primeira é implementada pelo Estado enquanto a segunda é colocada em prática pelos próprios índios.
- (B) a expressão política indigenista deixou de ser apropriada na medida em que uma diversidade de organizações nativas, dirigidas pelos próprios índios, passou a prevalecer sobre as práticas governamentais.
- (C) a tentativa de estabelecer uma definição menos ambígua do que seja a política indigenista mostrou-se inconclusa, dada a complexidade da situação atual em que a política indígena tem sido formulada.
- (D) os povos indígenas amadureceram nas últimas décadas, o que fez com que demandas antigas do movimento indígena, aquelas protagonizada[s] pelos próprios índios, fossem abandonadas.
- (E) os agentes não indígenas, apesar dos avanços atingidos desde a década de 1970, deixaram de pôr em prática diversos projetos que tratavam de interesses específicos dos índios, nos vários setores em que atuam.

2. Mantendo-se a correção, o verbo que pode ser flexionado no singular, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, está sublinhado em
- (A) ... que interagem com os povos indígenas... (3º parágrafo)
- (B) As diversas mudanças no campo do indigenismo [...] exigem que estabeleçamos uma definição mais precisa... (1º parágrafo)
- (C) ...boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação... (2º parágrafo)
- (D) ...têm aumentado sua participação na formulação... (3º parágrafo)
- (E) Somam-se a este universo de agentes não indígenas as organizações religiosas ... (3º parágrafo)

3. Considere as afirmações:
- I. O pronome destacado em ...e que também... (3º parágrafo) refere-se a outros segmentos.
- II. Ambos os pronomes aquela e ela (2º parágrafo) referem-se à expressão “política indígena”.
- III. O pronome destacado em ...como eles, têm aumentado... (3º parágrafo) refere-se a povos indígenas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

4. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que...
- Transpondo-se a frase acima para a voz passiva sintética, a forma verbal resultante será
- (A) utilizaram-se.
- (B) utiliza-se.
- (C) utilizaram.
- (D) utilizou-se.
- (E) utilizamos.

5. Mantendo-se a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, substitui-se corretamente
- (A) “Entretanto” por “Embora” em *Entretanto, boa parte das organizações e lideranças indígenas vêm...* (2º parágrafo)
- (B) “no entanto” por “todavia” em *As diversas mudanças no campo do indigenismo nos últimos anos, no entanto, exigem que estabeleçamos...* (1º parágrafo)
- (C) “portanto” por “por certo” em *Contemporaneamente, portanto, temos...* (4º parágrafo)
- (D) “no qual” por “cuja” em *temos um quadro complexo no qual a política indigenista oficial...* (4º parágrafo)
- (E) “a partir de” por “acerca de” em *a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas...* (4º parágrafo)



6. A frase que se mantém correta após a inserção de uma ou mais vírgulas, sem prejuízo do sentido original, está em:
- (A) *Entretanto, boa parte das organizações, e lideranças indígenas vêm aumentando sua participação na formulação e execução das políticas para os povos indígenas.*
- (B) *A expressão "política indigenista" foi utilizada, por muito tempo, como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental, que tivesse as populações indígenas como objeto.*
- (C) *Nesse conjunto, encontramos, principalmente as organizações não governamentais.*
- (D) *Somam-se a este universo de agentes não indígenas, as organizações religiosas que se relacionam com os povos indígenas, em diversos campos de atuação.*
- (E) *Primeiramente, temos como agentes principais os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações.*

**Atenção:** Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 18.

*Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais, seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história. Apesar das mudanças, um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis –, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando em uma das mãos uma balança e na outra uma espada. Poucas divindades da mitologia grega sobreviveram tanto tempo. Poucos deixariam de reconhecer na imagem o símbolo da justiça.*

*A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias. Tanto os direitos quanto a justiça sofreram grandes transformações.*

*A moderna ideia de justiça e de direito é inerente ao conceito de indivíduo, um ente que tem valor em si mesmo, dotado de direitos naturais. Tal doutrina se contrapõe a uma concepção orgânica, segundo a qual a sociedade é um todo.*

*A liberdade, nesse novo paradigma, deixa de ser uma concessão ou uma característica de uma camada social e converte-se em um atributo do próprio homem.*

*A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma. O justo não é mais correspondente à função designada no corpo social, mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos.*

*Da igualdade nos direitos naturais derivava-se não só a liberdade, mas também as possibilidades de questionar a desigualdade entre os indivíduos, de definir o tipo de organização social e o direito à resistência. Toda e qualquer desigualdade passa a ser entendida como uma desigualdade provocada pelo arranjo social. Nesse paradigma, a sociedade e o Estado não são fenômenos dados, mas engendrados pelo homem. A desigualdade e o poder ilimitado deixam, pois, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas. À lei igual para todos incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual. Cresce a força de movimentos segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deve ser desigual para indivíduos que são desiguais na vida real.*

*Nesse novo contexto, modifica-se o perfil do poder público. O judiciário, segundo tais parâmetros, representa uma força de emancipação. É a instituição pública encarregada, por excelência, de fazer com que os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta. Assim, os supostos da modernidade, particularmente a liberdade e a igualdade, dependem, para se materializarem, da força do Judiciário, de um lado, e do acesso à justiça, das possibilidades reais de se ingressar em tribunais, de outro.*

*Para terminar, volto à deusa Têmis, que enfrentava no Olimpo o deus da guerra, Ares. Naquele tempo, como hoje, duas armas se enfrentam: a violência, que destrói e vive da desigualdade, e a lei, que constrói e busca a igualdade.*

(Adaptado de SADEK, Maria Tereza Aina. "Justiça e direitos: a construção da igualdade". In: Agenda Brasileira. São Paulo, Cia. das Letras, 2011, p. 326-333.)

7. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) o direito à felicidade e à liberdade, embora constitutivos do homem, foram formalmente usurpados na modernidade, a despeito do fato de que durante a Antiguidade tais direitos eram compreendidos como inerentes ao corpo social.
- (B) dada a persistência da imagem da deusa Têmis como símbolo da justiça ao longo dos séculos, ocorreram transformações importantes nos direitos do homem da Antiguidade grega até os dias de hoje.
- (C) a evocação da batalha da deusa Têmis contra o deus Ares vem corroborar uma das ideias defendidas no texto, qual seja, a de que, para se materializar, na atualidade a justiça deve ser um instrumento de combate à desigualdade social.
- (D) o judiciário, cuja função na modernidade é consolidar equanimemente as demandas de diversos grupos sociais, configura-se como a instituição encarregada de fazer com que os princípios da liberdade e da igualdade subsistam na realidade concreta.
- (E) a sociedade orgânica, na qual a liberdade individual era restrita a alguns estratos sociais, paradoxalmente resultou no fortalecimento de movimentos sociais segundo os quais a lei, para cumprir suas funções, deveria ser igual para todos os indivíduos.

8. Identifica-se uma causa e seu efeito, respectivamente, nos segmentos que se encontram em:

- (A) *A crença de que os direitos do homem correspondiam a uma qualidade intrínseca ao próprio homem / implicou enquadrar a justiça em um novo paradigma.*
- (B) *Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos sociais / seu significado sofreu profundas alterações no decorrer da história.*
- (C) *Apesar das mudanças / um símbolo atravessou os séculos – a deusa Têmis ...*
- (D) *À lei igual para todos / incorpora-se o princípio de que desiguais devem ser tratados de forma desigual.*
- (E) *... para cumprir suas funções / deve ser desigual para indivíduos ...*



<p>9. De acordo com o texto, a noção de que a sociedade não é “um fenômeno dado” deve-se, entre outras razões,</p> <p>(A) à força emancipatória de movimentos sociais originados na Antiguidade.</p> <p>(B) à crença de que os direitos do homem são inerentes ao próprio homem.</p> <p>(C) à possibilidade concreta de todo cidadão comum ingressar em tribunais.</p> <p>(D) ao fato de que a felicidade coletiva passou a ser vista como um direito social.</p> <p>(E) ao malogro dos dispositivos sociais para extinguir a desigualdade.</p>	<p>14. A respeito da pontuação do texto, considere:</p> <p>I. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após <i>lei</i>, no segmento <i>À lei igual para todos</i> (6º parágrafo).</p> <p>II. Mantendo-se a correção e o sentido, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: <i>um símbolo atravessou os séculos: a deusa Têmis, imponente figura feminina, com os olhos vendados e carregando, em uma das mãos, uma balança e, na outra, uma espada...</i> (1º parágrafo).</p> <p>III. Sem prejuízo da correção, a vírgula empregada imediatamente após <i>individual</i>, no segmento <i>...mas é um bem individual, identificado com a felicidade, com os direitos inatos</i>, pode ser suprimida. (5º parágrafo)</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) I e III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>10. <i>Tal doutrina se contrapunha a uma concepção orgânica...</i></p> <p>O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o da frase acima encontra-se sublinhado em:</p> <p>(A) <i>Poucos <u>deixariam</u> de reconhecer na imagem...</i></p> <p>(B) <i>Poucas divindades da mitologia grega <u>sobreviveram</u> tanto tempo.</i></p> <p>(C) <i>...e <u>converte-se</u> em um atributo do próprio homem.</i></p> <p>(D) <i>... para se <u>materializarem</u>...</i></p> <p>(E) <i>...que <u>enfrentava</u> no Olimpo o deus da guerra, Ares.</i></p>	<p>15. <i>...os supostos da modernidade (...) <u>dependem</u>, para se materializarem, da força do Judiciário...</i></p> <p>O verbo que possui, no contexto, o mesmo tipo de complemento que o sublinhado acima está empregado em:</p> <p>(A) <i>...os preceitos da igualdade prevaleçam na realidade concreta.</i></p> <p>(B) <i>...carregando em uma das mãos uma balança...</i></p> <p>(C) <i>O justo não é mais correspondente à função...</i></p> <p>(D) <i>... e vive da desigualdade...</i></p> <p>(E) <i>... que ocorreram da Antiguidade grega até nossos dias.</i></p>
<p>11. Sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o sinal indicativo de crase deverá ser mantido caso se substitua o elemento sublinhado pelo que se encontra entre parênteses em:</p> <p>(A) <i>O justo não é mais correspondente à <u>função designada</u> no corpo social... (atividades exercidas)</i></p> <p>(B) <i>À lei igual para todos <u>incorpora-se</u> o princípio de que... (integra-se)</i></p> <p>(C) <i>...e o direito à <u>resistência</u>. (resistir)</i></p> <p>(D) <i>...e do acesso à <u>justiça</u>... (tribunais)</i></p> <p>(E) <i>Para terminar, <u>volta</u> à deusa Têmis... (evoco)</i></p>	<p>16. Identifica-se ideia de <b>comparação</b> no segmento que se encontra em:</p> <p>(A) <i>Assim, os supostos da modernidade...</i></p> <p>(B) <i>... não só a liberdade, mas também as possibilidades de...</i></p> <p>(C) <i>Embora a aspiração por justiça seja tão antiga quanto os primeiros agrupamentos...</i></p> <p>(D) <i>A persistência da representação esconde, contudo, importantes mudanças...</i></p> <p>(E) <i>... para indivíduos que são desiguais na vida real.</i></p>
<p>12. <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... ...questionar a <u>desigualdade</u> entre os indivíduos... ...um símbolo atravessou <u>os séculos</u>...</i></p> <p>Fazendo-se as alterações necessárias, os segmentos sublinhados acima foram corretamente substituídos por um pronome, na ordem dada, em:</p> <p>(A) o enfrentava – questionar-lhe – atravessou-lhes</p> <p>(B) enfrentava-lhe – a questionar – os atravessou</p> <p>(C) lhe enfrentava – a questionar – lhes atravessou</p> <p>(D) o enfrentava – questioná-la – atravessou-os</p> <p>(E) enfrentava-lhe – questioná-la – os atravessou</p>	<p>17. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em</p> <p>(A) <i>...imponente figura feminina... (1º parágrafo)</i></p> <p>(B) <i>...particularmente a liberdade e a igualdade... (7º parágrafo)</i></p> <p>(C) <i>...que enfrentava no Olimpo o deus da guerra... (8º parágrafo)</i></p> <p>(D) <i>... que constrói e busca a igualdade. (8º parágrafo)</i></p> <p>(E) <i>...que tem valor em si mesmo... (3º parágrafo)</i></p>
<p>13. <i>A desigualdade e o poder ilimitado deixam, <u>pois</u>, de ser justificados como decorrentes da ordem natural das coisas.</i></p> <p>O item sublinhado acima estabelece no contexto noção de</p> <p>(A) conclusão.</p> <p>(B) finalidade.</p> <p>(C) causa.</p> <p>(D) temporalidade.</p> <p>(E) concessão.</p>	



18. Está correta a **redação** do comentário que se encontra em
- (A) Historicamente, o processo de ampliação dos direitos que compõe a cidadania representou uma redução nos níveis de exclusão social.
- (B) Perante a lei, todos usufruem de igual direito à segurança, à propriedade, à não ser condenado sem o devido processo legal etc.
- (C) Um dos mais importantes efeitos da incorporação de direitos na sociedade é a redução da distância entre indivíduos.
- (D) Concebida nos séculos XVII e XVIII, a doutrina dos direitos dos homens amalga-se à declaração de independência dos Estados Unidos.
- (E) Os direitos sociais tem por objetivo um padrão mínimo de igualdade no que se referem ao usufruto dos bens coletivos.

#### Noções de Direito Constitucional

19. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:
- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato que depende de autorização do Poder Público na forma da lei, inclusive no que se refere ao registro no órgão competente.
- (B) é permitida a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- (C) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, desde que não exista contribuição análoga prevista em lei para a categoria.
- (D) o aposentado filiado não tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (E) é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

20. A teor do art. 70 da Constituição Federal: *Prestará contas qualquer pessoa .I., que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre .II. ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumam obrigações de natureza pecuniária.*

Completam, correta e respectivamente, as lacunas I e II:

- (A) *jurídica pública – dinheiros e bens públicos*
- (B) *física ou jurídica, pública ou privada – bens e valores públicos*
- (C) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros e bens públicos*
- (D) *jurídica pública – bens e valores públicos*
- (E) *física ou jurídica, pública ou privada – dinheiros, bens e valores públicos*

21. Nos termos da Constituição Federal, compete privativamente ao Presidente da República:

- I. declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- II. decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas.
- III. celebrar a paz, independentemente de autorização ou referendo do Congresso Nacional.

Está correto o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. Na estrutura do Poder Judiciário brasileiro há um Tribunal

- (A) Regional do Trabalho em cada Estado.
- (B) Regional Federal em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (C) Regional Eleitoral em cada uma das cinco Regiões brasileiras.
- (D) de Justiça organizado e mantido pela União para o Distrito Federal e Territórios.
- (E) de Justiça Militar em cada Estado da Federação com mais de duzentos mil habitantes.

#### Noções de Direito Administrativo

23. Quando se afirma que determinado ato administrativo regularmente editado e válido é dotado do atributo da autoexecutoriedade, significa que
- (A) seu cumprimento é obrigatório, constituindo expressão do poder de império da Administração, o que obsta questionamentos por parte dos administrados.
- (B) sua execução somente pode ser questionada na esfera judicial, vedado o estabelecimento de contraditório na esfera administrativa.
- (C) a Administração pública o editou com base em ato normativo de competência do Executivo, diante da ausência de previsão legal a respeito do assunto.
- (D) sua execução material pode ser colocada em prática pela própria Administração pública, independentemente de prévia autorização ou determinação judicial.
- (E) sua exigibilidade decorre do próprio ato, ressalvada a execução material, que depende de prévia provocação do Poder Judiciário.



<p>24. Determinado órgão público celebrou contrato de locação de imóvel para instalar sua repartição em Tartarugalzinho. O locador exigiu que o prazo de vigência fosse fixado em 60 (sessenta) meses, na forma do que dispõe a legislação civil aplicável. O administrador, contudo, inicialmente não acatou o pedido, recordando-se da norma contida na Lei nº 8.666/93 que limita a duração dos contratos à vigência dos créditos orçamentários. A preocupação do administrador, invocando a referida norma,</p> <p>(A) procede, tendo em vista que os contratos celebrados pela Administração pública não podem exceder a vigência dos créditos orçamentários.</p> <p>(B) não procede, na medida em que a lei de licitações excepcionou as locações da incidência da norma que limita o prazo de vigência dos contratos.</p> <p>(C) não procede, sendo necessário, todavia, prévia e expressa autorização normativa para a aprovação de prazo superior ao estabelecido pela Lei nº 8.666/93.</p> <p>(D) procede, tendo em vista que os contratos administrativos não podem exceder o exercício e a vigência dos respectivos créditos orçamentários, salvo diante da demonstração de interesse público e da inexistência de prejuízo.</p> <p>(E) não procede, tendo em vista que se trata de contrato administrativo de execução continuada, para os quais não se aplica a limitação de vigência à qual aludiu o administrador.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Resolução nº 006/2003 – TJAP</b></p> <p>27. A Secção Única e a Câmara Única fazem parte da organização e funcionamento do Tribunal de Justiça do Amapá – TJAP e são presididas pelo</p> <p>(A) Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(B) Vice-Presidente do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(C) Corregedor-Geral do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(D) Presidente do Conselho da Magistratura do Tribunal ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p> <p>(E) Presidente do Conselho Superior dos Juizados Especiais ou, na sua ausência, pelo Desembargador mais antigo entre os presentes, havendo quórum.</p>
<p>25. Diante da assunção de nova gestão ao Governo Estadual, foi regularmente criada uma Secretaria de Estado voltada as questões de natureza agrária e fundiária, com vistas, em especial, ao equacionamento de conflitos. Para composição do quadro de servidores que atuarão no órgão, a Administração pública, considerando as alternativas juridicamente possíveis,</p> <p>(A) poderá constituir o órgão integralmente por cargos de confiança em comissão, de livre nomeação e exoneração, independentemente da natureza das atividades a serem desenvolvidas.</p> <p>(B) poderá realizar concurso público para provimento de cargos comissionados ou empregos públicos.</p> <p>(C) deverá realizar concurso público para provimento de servidores públicos estatutários em cargos efetivos.</p> <p>(D) deverá realizar concurso público para seleção de empregados estatutários, submetidos a regime próprio de previdência.</p> <p>(E) poderá realizar concurso para provimento de cargos efetivos, reduzindo-se o período de estágio probatório em razão de se tratar de órgão novo.</p>	<p>28. A competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança e <i>habeas data</i>, quando a autoridade informante for Juiz de Direito, é</p> <p>(A) do Plenário do Tribunal.</p> <p>(B) da Câmara Única do Tribunal.</p> <p>(C) da Secção Única do Tribunal.</p> <p>(D) do Presidente do Tribunal.</p> <p>(E) do Corregedor-Geral do Tribunal.</p>
<p>26. Joaquim é diretor de uma empreiteira, tendo sido apurado em regular investigação que ele vinha gratificando servidores públicos para obtenção de informações privilegiadas que viabilizavam o sucesso da empresa nas licitações das quais participava. Diante desse quadro, especificamente no que se refere à atuação de Joaquim,</p> <p>(A) pode haver responsabilização por ato de improbidade, independentemente de imputação em outras esferas, tendo em vista que se equipara a agente público para os fins legais.</p> <p>(B) pode haver responsabilização por infração penal que, pela gravidade, absorve todos os demais ilícitos praticados.</p> <p>(C) não pode haver responsabilização por ato de improbidade, tendo em vista que seu cargo não se equipara a agente público para fins legais, não obstante possa haver imputação de ilícito em outras esferas.</p> <p>(D) não pode ser responsabilizado, na medida em que somente a servidores públicos pode ser imputada a prática de ato de improbidade, durante o desenvolvimento de procedimentos regidos pelo direito público.</p> <p>(E) pode haver responsabilização por improbidade que, se procedente, vinculará a condenação em todas as demais esferas.</p>	<p>29. Após o exame do processo pelo relator e lançado o relatório nos autos, haverá revisão por outro Desembargador. Essa fase NÃO ocorre no caso de</p> <p>(A) questão de ordem.</p> <p>(B) revisão criminal.</p> <p>(C) embargos infringentes.</p> <p>(D) apelação cível.</p> <p>(E) ação rescisória.</p> <p>30. Na ocorrência de inexistência de norma regulamentadora estadual ou municipal de qualquer dos Poderes, inclusive na Administração indireta, que torne inviável o exercício de direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, caberá</p> <p>(A) suscitação de conflito de competência.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) <i>habeas data</i>.</p> <p>(D) ação rescisória.</p> <p>(E) mandado de injunção.</p>



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Contabilidade Geral

31. O departamento jurídico da empresa Só Pepinos S.A. apresentou, em 31/12/2013, as avaliações de diversos processos a que a empresa está respondendo, as quais constam na tabela a seguir:

Processo	Montante Estimado (R\$)	Probabilidade Perda
Processo Trabalhista 1	370.000	Provável
Processo Fiscal 1	200.000	Possível
Processo Fiscal 2	440.000	Provável
Processo Cível 1	230.000	Possível
Processo Ambiental	160.000	Remota

Com base nas informações constantes da tabela acima e nos critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o valor contabilizado como Provisão no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, foi, em reais (R\$),

- (A) 1.400.000,00.
- (B) 810.000,00.
- (C) 1.240.000,00.
- (D) 590.000,00.
- (E) 430.000,00.

32. A Cia. Eleitorea S.A. apresentava no balanço patrimonial de 31/12/2012 um Ativo Intangível com vida útil indefinida (Direito Autoral). O valor contábil era R\$ 400.000,00, composto pelos seguintes valores:

- Custo de aquisição: R\$ 560.000,00.
- Perda por desvalorização: R\$ 160.000,00.

Em dezembro de 2013, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo Intangível e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso do ativo: R\$ 500.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R\$ 480.000,00.

Com base nestas informações e sabendo-se que há evidências indicando que a vida útil desse ativo continua indefinida, a Cia Eleitorea S.A. deve, no resultado de 2013,

- (A) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 60.000,00.
- (B) não fazer nenhum registro.
- (C) reconhecer um ganho no valor de R\$ 100.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (D) reconhecer um ganho no valor de R\$ 60.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.
- (E) reconhecer um ganho no valor de R\$ 80.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

33. Para obtenção de recursos, uma empresa emitiu um lote de debêntures no valor total de R\$ 30.000.000,00 com as seguintes características:

- Data da emissão: 30/11/2012
- Prazo total: 10 anos
- Taxa de juros: 0,7974% ao mês
- Pagamentos: parcelas anuais de R\$ 4.882.361,85

A empresa incorreu em gastos no valor total de R\$ 200.000,00 para a emissão e colocação das debêntures no mercado. Como havia uma expectativa de que as taxas de juros sofreriam uma queda nos próximos anos, houve uma grande demanda pelas debêntures emitidas e a empresa conseguiu vendê-las por R\$ 32.000.000,00 (valor superior ao desejado). A taxa de custo efetivo da emissão foi 0,6949% ao mês.

O valor da despesa financeira apropriada no resultado de 2012 e o saldo líquido apresentado no balanço patrimonial, em 31/12/2012, para as debêntures emitidas foram, respectivamente, em reais (R\$),

- (A) 439.220,00 e 30.239.220,00.
- (B) 420.978,20 e 32.220.978,20.
- (C) 222.368,00 e 32.222.368,00.
- (D) 220.978,20 e 32.020.978,20.
- (E) 422.368,00 e 32.222.368,00.



34. Uma empresa aplicou R\$ 100.000,00 em ativos financeiros, e definiu que metade dos títulos será mantida até o vencimento e o restante será destinado para venda imediata. Os títulos possuem as mesmas características, rendem a taxa de juros de 1% ao mês e a aplicação ocorreu em 01/12/2013. Sabe-se que o valor justo de todos os títulos, em 31/12/2013, era R\$ 102.000,00.

Os valores em reais (R\$) apresentados no Balanço Patrimonial, em 31/12/2013, para os títulos que serão mantidos até o vencimento e para os títulos destinados para venda imediata foram, respectivamente:

- (A) 50.500,00 e 50.500,00.
- (B) 50.500,00 e 51.000,00.
- (C) 51.000,00 e 51.000,00.
- (D) 51.000,00 e 50.500,00.
- (E) 50.000,00 e 50.000,00.

35. Uma empresa realizou, em 31/12/2013, uma venda no valor total de R\$ 1.000.000,00 nas seguintes condições:

- R\$ 400.000,00 foi recebido à vista.
- O saldo remanescente será recebido em 30/04/2015.

Se a venda tivesse sido realizada à vista o valor total seria R\$ 900.000,00.

Com base nestas informações e de acordo com as normas contábeis vigentes, a empresa reconheceu, no momento da venda, uma receita de vendas de

- (A) R\$ 1.000.000,00.
- (B) R\$ 400.000,00.
- (C) R\$ 900.000,00.
- (D) R\$ 900.000,00 e uma despesa financeira de R\$ 100.000,00.
- (E) R\$ 900.000,00 e uma receita financeira de R\$ 100.000,00.

36. A Empresa Concentrada S.A. adquiriu em 25/04/2012 um lote de mercadorias para revenda pelo valor de R\$ 500.000,00, efetuando o pagamento à vista. Por condições negociais, ficou definido que a compradora (Empresa Concentrada S.A.) ficaria responsável pela retirada das mercadorias no depósito do fornecedor e, para transportar estas mercadorias até o seu depósito, foram pagos R\$ 10.000,00 de frete. A empresa compradora pagou, também, o valor de R\$ 5.000,00 por um seguro contra roubo das mercadorias durante o transporte do depósito do fornecedor até o seu depósito.

A Empresa Concentrada S.A. vendeu em 25/05/2012 todo lote de mercadorias que havia comprado pelo valor de R\$ 700.000,00 à vista. Suponha que não há incidência de qualquer imposto na compra e na venda das mercadorias.

A Empresa Concentrada S.A. apresentou na Demonstração do Resultado de 2012, em relação exclusivamente à compra e à venda das mercadorias, os seguintes efeitos:

- (A) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 200.000,00; Despesa com frete = R\$ 10.000,00; Despesa com Seguro = R\$ 5.000,00.
- (B) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 190.000,00; Despesa com Seguro = R\$ 5.000,00.
- (C) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 195.000,00; Despesa com Frete = R\$ 10.000,00.
- (D) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 185.000,00.
- (E) Resultado Bruto com Vendas = R\$ 200.000,00; Despesa com vendas = R\$ 15.000,00.

37. São conhecidas as seguintes informações sobre uma empresa, correspondentes ao ano de 2011:

- A empresa apurou Lucro Líquido de R\$ 5.000.000,00.
- Destinação do Lucro do Período: Reserva Legal no valor de R\$ 250.000,00; Reserva Estatutária no valor de R\$ 500.000,00 e Reserva para Expansão no valor de R\$ 1.000.000,00.
- Dividendos obrigatórios previstos no Estatuto no valor de R\$ 1.000.000,00.

A variação positiva no valor total do Patrimônio Líquido da empresa em 2011, foi, em reais (R\$),

- (A) 2.250.000,00.
- (B) 4.750.000,00.
- (C) 4.250.000,00.
- (D) 5.000.000,00.
- (E) 4.000.000,00.





38. Os Balanços Patrimoniais em 31/12/10 e 31/12/11 e a Demonstração do Resultado para o ano de 2011 da empresa **Produtos Baratos Comercial S.A.** são apresentadas a seguir:

**Produtos Baratos Comercial S.A.**  
**Balanços Patrimoniais em 31/12/10 e 31/12/11**

Ativo	31/12/10	31/12/11	Passivo	31/12/10	31/12/11
<b>Ativo circulante</b>	<b>264.000</b>	<b>582.000</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>312.000</b>	<b>524.560</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.000	194.000	Fornecedores	132.000	130.800
Valores a Receber de Clientes	112.000	196.000	Dividendos a Pagar	-	5.760
(-) Perdas Estimadas com Clientes	-	(4.000)	Empréstimos	180.000	388.000
Estoques	132.000	196.000			
<b>Ativo não circulante</b>	<b>288.000</b>	<b>336.000</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>-</b>	<b>40.000</b>
<b>Investimentos</b>			Prov. Riscos Trabalhistas	-	40.000
Participações Societárias	28.000	72.000			
<b>Imobilizado</b>			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>240.000</b>	<b>353.440</b>
Veículos	168.000	264.000	Capital	200.000	300.000
Terrenos	92.000	-	Reservas de Lucros	40.000	53.440
<b>Total do Ativo</b>	<b>552.000</b>	<b>918.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>552.000</b>	<b>918.000</b>

**Comercial de Alimentos S.A.**

**Demonstração do Resultado – Período: 01/01/11 a 31/12/11**

Receitas de Vendas	816.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(520.000)</u>
<b>(=) Resultado com Mercadorias</b>	<b>296.000</b>
(-) Despesas Operacionais	
- Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.000)
- Depreciação de Veículos	(24.000)
- Despesa com Provisão para Riscos Trabalhistas	(40.000)
- Outras despesas operacionais	<u>(200.800)</u>
	(268.800)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.000
(-) Despesas Financeiras	(48.000)
Lucro na Venda de Terrenos	28.000
<b>(=) Resultado Líquido</b>	<b>19.200</b>

Sabe-se que no ano de 2011 a empresa não vendeu participações societárias nem veículos, não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano. Os valores correspondentes ao caixa consumido ou gerado pelas Atividades Operacionais e pelas Atividades de Investimentos foram, respectivamente, em reais (R\$),

- (A) 54.000,00 (positivo) e 32.000,00 (positivo).  
 (B) 58.000,00 (negativo) e 32.000,00 (negativo).  
 (C) 54.000,00 (negativo) e 32.000,00 (negativo).  
 (D) 58.000,00 (negativo) e 48.000,00 (negativo).  
 (E) 54.000,00 (negativo) e 48.000,00 (negativo).

39. O Patrimônio Líquido da empresa Comprada S.A., em 30/06/2013, era R\$ 30.000.000,00, e correspondia ao valor justo dos ativos e passivos da empresa. A empresa Total Holding S.A. adquiriu 40% das ações da empresa Comprada S.A. pelo valor de R\$ 12.000.000,00 e passou a deter o seu controle. No segundo semestre de 2013, a empresa Comprada S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 5.000.000,00. Nas demonstrações contábeis individuais da empresa Total Holding S.A. foram apresentados os seguintes valores na Demonstração do Resultado do ano de 2013 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2013, em reais (R\$),

- (A) Resultado de Participação = R\$ 5.000.000,00; Dividendos a Receber = R\$ 5.000.000,00.  
 (B) Resultado de Participação = R\$ 2.000.000,00; Investimentos = R\$ 14.000.000,00.  
 (C) Resultado de Participação = R\$ 2.000.000,00; Dividendos a Receber = R\$ 2.000.000,00.  
 (D) Resultado de Participação = R\$ 5.000.000,00; Investimentos = R\$ 14.000.000,00.  
 (E) Resultado de Participação = 0,00; Investimentos = R\$ 12.000.000,00.



40. Uma máquina foi adquirida à vista em 01/01/2012 por R\$ 15.000.000,00 e será instalada em um local alugado pela empresa. A empresa estima que utilizará esta máquina por 8 anos e no final deste prazo de utilização, a máquina poderá ser vendida por R\$ 2.000.000,00.

No final do 8º ano, a empresa retirará a máquina do local e, consta no contrato de aluguel que a empresa deverá devolver a localidade nas mesmas condições em que a recebeu no início do contrato de aluguel. Para fazer a desmontagem, remover a máquina e reestruturar o imóvel, a empresa projeta que incorrerá em gastos no valor de R\$ 1.000.000,00 e a taxa acumulada de juros, para a empresa, projetada para os próximos 8 anos é 25%. A utilização da máquina ocorre de forma contínua durante 24 horas por dia, em função da atividade da empresa e esta, utiliza o método das cotas constantes para o cálculo da depreciação.

O valor contábil da máquina a ser apresentado no Balanço Patrimonial em 31/12/2012 e o valor da Despesa de Depreciação apresentado na Demonstração do Resultado do ano de 2012 foram, respectivamente,

- (A) R\$ 14.075.000,00 e R\$ 1.725.000,00.
- (B) R\$ 13.375.000,00 e R\$ 1.625.000,00.
- (C) R\$ 11.375.000,00 e R\$ 1.625.000,00.
- (D) R\$ 13.125.000,00 e R\$ 1.875.000,00.
- (E) R\$ 13.275.000,00 e R\$ 1.725.000,00.

---

### Contabilidade Pública

41. De acordo com o Decreto nº 93.872/1986, o quadro de detalhamento da despesa de cada unidade orçamentária poderá ser alterado durante o exercício, mediante solicitação à Secretaria de Planejamento da Presidência da República até o dia

- (A) 05 de novembro.
- (B) 10 de dezembro.
- (C) 05 de dezembro.
- (D) 05 de outubro.
- (E) 10 de novembro.

42. Com base no Decreto nº 93.872/1986, considere:

- I. A redução no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial, revertendo a importância correspondente à respectiva dotação.
- II. A redução no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará no registro da importância correspondente na receita orçamentária da União.
- III. As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência Plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

43. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil configura desobediência ao princípio contábil da

- (A) oportunidade.
- (B) entidade.
- (C) prudência.
- (D) universalidade.
- (E) integralidade.



44. De acordo com o Manual SIAFI, os eventos da classe 80.0.XXX são utilizados para:
- (A) apropriação da receita.
  - (B) realização de transferências financeiras.
  - (C) apropriar os valores representativos de direitos.
  - (D) liquidar restos a pagar de exercícios anteriores.
  - (E) registrar a provisão da receita.
- 
45. A receita orçamentária efetiva
- (A) é um fato contábil qualitativo.
  - (B) não altera a situação patrimonial líquida.
  - (C) aumenta a situação patrimonial líquida.
  - (D) constitui fato contábil permutativo misto.
  - (E) constitui fato contábil permutativo.
- 
46. Um contribuinte obteve a dispensa legal do débito tributário devido. Este benefício concedido pelo Estado, denomina-se
- (A) renúncia.
  - (B) anistia.
  - (C) remissão.
  - (D) isenção.
  - (E) perdão.
- 
47. O registro contábil da etapa denominada "Empenho em Liquidação" deverá ser efetuado quando o fato gerador do passivo exigível ocorrer antes
- (A) da liquidação ou entre esta e a pagamento.
  - (B) do empenho ou entre este e a liquidação.
  - (C) da liquidação da despesa, apenas.
  - (D) do pagamento da despesa, apenas.
  - (E) do empenhamento da despesa, apenas.
- 
- Atenção:** Para responder às questões de números 48 e 49, relacionadas à elaboração do Balanço Orçamentário, considere a lógica de registro contábil do Plano de Contas Aplicado ao Setor público.
48. Para apuração dos valores relacionados à provisão da receita e fixação da despesa, deverá ser utilizada a classe
- (A) 6, grupo 2.
  - (B) 5, grupo 1.
  - (C) 6, grupo 1.
  - (D) 5, grupo 2.
  - (E) 5, grupo 3.
- 
49. Para apuração dos valores relativos à realização da receita e execução da despesa, deverá ser utilizada a classe
- (A) 6, grupo 2.
  - (B) 5, grupo 1.
  - (C) 6, grupo 1.
  - (D) 6, grupo 3.
  - (E) 5, grupo 3.



50. Para efetuar o reforço de uma Nota de Empenho no SIAFI deverá ser utilizado o documento
- (A) NL – Nota de Lançamento.
  - (B) NER – Nota de Empenho – Reforço.
  - (C) NC – Nota de Crédito.
  - (D) ND – Nota de Dotação.
  - (E) NE – Nota de Empenho.

---

**Orçamento Público**

51. Com finalidade de aumentar a eficiência da sua gestão, determinado governador decidiu elaborar orçamentos individualizados para os órgãos da Administração direta e indireta do seu Estado. Esta medida
- (A) contraria o princípio orçamentário da totalidade.
  - (B) está correta, pois atende ao princípio da transparência.
  - (C) contraria o princípio orçamentário da universalidade.
  - (D) é adequada, pois busca a efetividade da gestão.
  - (E) não atende ao princípio do Orçamento Bruto.

- 
52. Considerando o regramento previsto no Decreto nº 93.872/1986 para pagamento de despesas por meio de Suprimento de Fundos, considere:

- I. O suprimento de Fundos será contabilizado e incluído na conta do ordenador como despesa realizada.
- II. O suprimento de Fundos será contabilizado e incluído na conta do ordenador como despesa extraorçamentária.
- III. A restituição parcial ou total de Suprimento de Fundos sempre será registrada como Receita Orçamentária.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
  - (B) I.
  - (C) III.
  - (D) I e II.
  - (E) II e III.
- 
53. De acordo como o previsto no Decreto nº 93.872/1986, exceto em relação às ressalvas previstas neste disposto, os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de
- (A) março do primeiro ano subsequente ao de sua inscrição.
  - (B) junho do primeiro ano subsequente ao de sua inscrição.
  - (C) junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.
  - (D) abril do segundo ano subsequente ao de sua inscrição.
  - (E) dezembro do primeiro ano subsequente ao de sua inscrição.

- 
54. Considerando o previsto na LRF, se um órgão exceder em 12% o limite da despesa total com pessoal, fica obrigado a eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes. No primeiro quadrimestre a redução deverá ser, pelo menos, de

- (A) 6%.
- (B) 5%.
- (C) 2%.
- (D) 3%.
- (E) 4%.



55. Com base nos regramentos estabelecidos no Decreto nº 7.892/2013, considere:
- I. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações.
  - II. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, conforme previsto na Lei nº 8.666/1993.
  - III. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de tomada de preços ou na modalidade de pregão.
- Está correto o que se afirma em
- (A) II, apenas.
  - (B) I, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I, II e III.
  - (E) I e III, apenas.
- 
56. Segundo a Lei nº 10.520/2002, no curso da sessão do pregão, além do autor da oferta de valor mais baixo, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos os autores das ofertas, com preços que superem àquela em até
- (A) 5%.
  - (B) 15%.
  - (C) 10%.
  - (D) 7%.
  - (E) 20%.
- 
57. Com relação à metodologia de apuração da receita corrente líquida definida na Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar:
- (A) Para acompanhamento dos limites de gastos de pessoal e endividamento será apurado quadrimestralmente, levando-se em conta a arrecadação acumulada até o último mês do quadrimestre de referência.
  - (B) A receita de alienação de bens é incorporada na sua base de cálculo, porém estes recursos só podem ser utilizados na aquisição de outros bens.
  - (C) A sua apuração é anual e coincide com a do ano civil em virtude do prazo definido na Lei nº 4.320/1964 para o levantamento dos balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais.
  - (D) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos 12 anteriores, incluídas as receitas intraorçamentárias.
  - (E) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.
- 
58. Sobre os créditos adicionais, é correto afirmar:
- (A) O excesso de arrecadação pode propiciar a abertura de créditos adicionais, porém devem ser autorizados por lei.
  - (B) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os créditos adicionais classificam-se em ordinários, suplementares e especiais.
  - (C) A abertura de créditos especiais, independe da existência de recursos disponíveis, desde que devidamente justificados.
  - (D) A Lei nº 4.320/1964 exige a existência de recursos disponíveis para a abertura de créditos extraordinários e que seja precedida de justificativa.
  - (E) A anulação total de dotações orçamentárias, não é considerada recurso para fins de aberturas de créditos adicionais.
- 
59. Com relação às fases das Despesas Públicas, é correto afirmar que
- (A) em condições excepcionais, o empenho pode exceder o limite do crédito.
  - (B) o ciclo da despesa pública encerra-se na fase da liquidação.
  - (C) o pagamento da despesa orçamentária precede a fase da sua liquidação.
  - (D) o empenho cria a obrigação para o Estado e a liquidação verifica o direito adquirido do credor.
  - (E) a fase do pagamento da despesa orçamentária ocorre antes do empenho.
- 
60. Com relação ao anexo de metas fiscais exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal é correto afirmar que deverá integrar
- (A) a LDO, a fim de estabelecer entre outras metas, as do montante da dívida pública e do resultado nominal.
  - (B) o PPA, a fim de estabelecer as metas dos programas governamentais de caráter continuado.
  - (C) o PPA, a fim de estabelecer as metas de investimentos do plano de governo.
  - (D) a LOA, a fim de estabelecer as diretrizes, metas e indicadores a serem alcançados nas áreas de educação e saúde.
  - (E) a LOA, a fim de estabelecer os limites de gastos de pessoal, inclusive as despesas previdenciárias.